

CAPÍTULO IV

O ESPAÇO SECTORIAL E REGIONAL DO VALE DO AVE.

1. O cruzamento das dinâmicas regionais e sectoriais na definição do objecto de estudo.

O modelo teórico explicativo orientador da análise que propomos, procura equacionar a problemática da avaliação das estratégias e práticas de formação em empresas da ITV da região do Vale do Ave. Os objectivos que animam a nossa pesquisa e as questões a que procuramos responder, enquadram-se no contexto das reestruturações produtivas desta região, tendo-se analisado, em termos empíricos, alguns vectores das suas possíveis repercussões ao nível interno da empresa. Tal avaliação exige que não limitemos a análise ao nível micro das empresas, mas que a contextualizemos ao nível meso no cruzamento entre duas lógicas de análise e de intervenção particularmente pertinentes para a sua compreensão na perspectiva territorialista do novo modelo de desenvolvimento: as lógicas empresarial/sectorial e territorial que se afirmam na região do Vale do Ave.

No Vale do Ave, analisado no seu núcleo duro, mais restrito, que integra os concelhos de Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso¹, coexiste, segundo a nossa perspectiva teórico-conceptual, uma problemática de âmbito territorial com implicações na organização do sistema de emprego local, particularmente, no que concerne à nossa reflexão, ao nível do sistema produtivo local e do sistema de ensino-formação, bem como uma problemática de âmbito sectorial marcada pelo predomínio de um pólo de especialização produtiva na ITV e, conseqüentemente, por uma concentração do emprego neste sector.

A articulação destas duas dimensões de análise (já proposta no subponto 1.1. do cap. I) que se concretiza numa abordagem territorializada dos processos de reestruturação produtiva² do Vale do Ave remetem para o carácter integrador do território no desenvolvimento e prossecução das políticas de reestruturação produtiva, fundamentalmente das políticas industriais, de emprego e de formação. Esta perspectiva implica uma descentralização das decisões para o espaço regional/local, um maior protagonismo dos agentes e actores institucionais, a definição de prioridades e de esforços de coordenação que se estabelecem ao nível sectorial de uma forma sequencial no quadro das mudanças que se pretendem desenvolver³ numa perspectiva de desenvolvimento endógeno da região aberta ao exterior.

Este tipo de abordagem das reestruturações produtivas traduz-se na emergência do território como variável explicativa do pluralismo dos modos de industrialização, ou seja, das organizações produtivas ou das formas de regulação (Silva, 1988: 2), situando-se, paralelamente, mais próximas das reais necessidades, aspirações e motivações dos agentes e actores institucionais envolvidos, nomeadamente dos sistemas produtivo e de ensino-formação, das famílias e das suas opções sociais, educativas e profissionais, das autarquias e dos serviços locais.

A opção teórica em entrecruzar as lógicas territoriais e sectoriais de análise e de actuação justifica a definição do nosso objecto de estudo centrado em empresas com actividade económica no âmbito do STV localizadas na região do Vale do Ave. Tal opção é válida para a análise de qualquer região, mas surge-nos com maior pertinência aplicada a este contexto territorial particular, quer pelas suas especificidades sócio-económicas, quer pelo facto de ser actualmente uma das regiões nacionais alvo de toda uma série de programas comunitários e nacionais e de medidas de política de emprego e de formação de apoio ao seu desenvolvimento integrado, onde ganham relevo as que são direccionadas para actividade industrial, com o objectivo particular de fomentar o processo de reestruturação produtivo da ITV. A perspectiva de análise que postulamos prende-se, portanto, com o facto de considerarmos que a compreensão das dinâmicas produtivas, de emprego e de formação não podem estar dissociadas do contexto regional/local em que têm lugar, pois este último detém especificidades próprias não redutíveis a lógicas conceptuais homogeneizadoras de âmbito nacional.

Neste sentido, propomo-nos, ao longo deste capítulo, dar conta do entrecruzamento entre a lógica territorial e sectorial que caracteriza a região do Vale do Ave, realizando para tal uma caracterização do espaço regional em análise em termos da sua estrutura sectorial e do emprego. É antecedida de uma breve referência à importância que o STV adquire na economia nacional, bem como às novas condições de desenvolvimento de que vem sendo alvo, de modo a retermos com clareza a imprescindibilidade que assume a condução do seu processo de reestruturação. Numa fase final far-se-á uma abordagem sintética do modelo de desenvolvimento produtivo desejável para a ITV nacional e regional a promover com base na proposta do novo paradigma comportamentalista da competitividade.

¹ Dos concelhos em análise, Fafe, Guimarães e Vila Nova de Famalicão enquadram-se administrativamente no distrito de Braga, enquanto Santo Tirso se integra no distrito do Porto.

² Declarações proferidas por Figueiredo, António Manuel (1994) no "Colóquio Reestruturação produtivas e políticas de emprego/formação" organizado pelo IIEFP em Lisboa.

³ Idem.

2. A ITV em Portugal.

2.1. A importância da ITV na economia nacional.

Desde o início do processo de industrialização português que a ITV tem tido um papel económico preponderante na indústria transformadora nacional, tradição esta que se mantém na actualidade, apesar do contexto conturbado em que o sector actua ao nível internacional. Do ponto de vista da economia e do emprego, a ITV⁴, constitui um dos sectores industriais que assume maior relevância a nível nacional, particularmente, na região norte⁵.

Em 1989, de entre os sectores industriais que mais contribuíram para a constituição do valor bruto da produção (VBP), destaca-se a ITV com uma quota parte de 15% para o total do VBP nacional. Para o mesmo ano, e se tivermos em conta as indústrias têxteis, do vestuário e do couro (ITVC) na sua totalidade, a sua contribuição para o VBP colocam-na na terceira posição com 19% do VBP da indústria transformadora nacional. Contudo, destaca-se a importância por si só da ITV que representa 81% do VBP criado no total da ITVC⁶.

Simultaneamente, a ITV surgia como a actividade económica que obtinha um conjunto de receitas não negligenciáveis por via das exportações para o mercado comunitário. Embora a sua importância para a economia nacional já tivesse sido mais acentuada, continua em 1989 a manter a sua vertente tradicional exportadora, ainda que a sua diminuição, traduzida em perdas de quotas de mercado, indicie problemas graves de competitividade. Durante décadas, a ITV foi a base da nossa competitividade externa e simultaneamente o garante de um menor défice comercial, posicionando-se actualmente de forma significativamente diferente. Em 1989, as exportações da ITV representavam cerca de 30% das exportações nacionais, enquanto que as importações cifravam apenas em 9%, um indicador positivo da nossa taxa de cobertura. Para o ano seguinte, quer as exportações, quer as importações cresceram cerca de 1%⁷. Contudo, vários estudos⁸ demonstram actualmente a diminuição da vertente exportadora e o aumento da importância das importações, sobretudo nos artigos de fio, fibras sintéticas e de equipamentos, e mesmo de tecidos, o que é indicador de uma deficiente resposta do subsector têxtil face ao crescimento verificado no subsector de fabricação de artigos de vestuário.

No que diz respeito à verdadeira criação de "mais-valia" interna ao STV, em 1990, a sua contribuição para o valor acrescentado bruto (VAB) nacional da indústria transformadora é de 18%, valor já realizado no ano anterior e que decresce cerca de 1% em 1991⁹. Em 1989, a ITVC contribuiu com 21% do VAB da indústria transformadora nacional, ocupando um lugar cimeiro. Novamente se atendermos ao peso da ITV no total da ITVC nacional, verificamos que estes dois subsectores representam 85% do VAB criado. Contudo este valor decresceu cerca de 3% em 1990 e 1991, representando cerca de 82% do total da ITVC nacional¹⁰.

Não obstante a crise que grassa o sector, com o encerramento de empresas, a eliminação de postos de trabalho e o desemprego, a importância da ITV continua a manifestar-se na sua contribuição para o volume de emprego nacional. Em 1989, a ITV representava 14% do total de estabelecimentos da indústria transformadora nacional e 31% das pessoas ao seu serviço. Nos anos de 1990 e 1991, embora o número de empresas tenha aumentado, respectivamente para 19% e 20% no total nacional, o número de pessoas ao serviço reduz 1% em relação a 1989, fixando-se para os dois anos em 30% do emprego da indústria transformadora nacional¹¹. Apesar de se tratar de um sector com um volume de emprego elevado, caracterizado em Portugal por processos de produção, na generalidade, intensivos em mão-de-obra, os custos médios com pessoal são dos mais baixos da indústria transformadora, apenas ultrapassados pela negativa pelas indústrias da madeira e da cortiça. De qualquer forma, e para o ano de 1991, o subsector das indústrias têxteis assume custos médios com pessoal superiores ao subsector da fabricação de artigos de vestuário, respectivamente 1.038 contos e 838 contos. No total da ITVC, os

⁴ Ao referirmo-nos à ITV estamos a contemplar, no domínio da classificação das actividades económicas (CAE) a três dígitos, as indústrias têxteis (CAE 321) e a fabricação de artigos de vestuário (CAE 322) em conjunto. Quando optamos pela designação ITVC estamos a referir-nos ao CAE 32 que corresponde às indústrias têxteis, do vestuário e do couro.

⁵ Os dados estatísticos de que dispomos para a caracterização da importância da ITV no continente, na região norte e no Vale do Ave limitam-se frequentemente aos anos de 1988, 1989, 1990 e 1991, com algumas excepções de dados mais recentes. Deste modo, dever-se-á admitir que, nos últimos anos, já se tenham verificado algumas alterações nas realidades em análise, pelo que ressalvamos qualquer desactualização possível.

⁶ Fonte: INE (1989) - *Estatísticas Industriais*, Lisboa

⁷ Fonte: Idem; INE - (1990/1991), *Estatísticas das Empresas - Indústria*, Lisboa.

⁸ Veja-se a título ilustrativo o trabalho realizado pela Oficina de Economia (1992: 102-103) para a indústria do vestuário.

⁹ Fonte: INE (1989) - *Estatísticas Industriais*, Lisboa; INE (1990/1991) - *Estatísticas das Empresas - Indústria*, Lisboa.

¹⁰ Idem.

¹¹ Fonte: INE (1989) - *Estatísticas Industriais*, Lisboa; INE (1990/1991) - *Estatísticas das Empresas - Indústria*, Lisboa.

custos médios com pessoal rondam os 927 contos, valor bastante inferior ao da indústria transformadora nacional de 1.275 contos¹². Esta constatação não constitui uma novidade se atendermos que a competitiva da ITV se tem baseado nos baixos níveis salariais de uma mão-de-obra pouco qualificada, e consequentemente em produtos de baixa gama que sofrem hoje a concorrência dos NPI.

2.2. As novas condições de desenvolvimento da ITV nacional.

Da breve caracterização realizada, podemos concluir a manutenção da importância da fileira têxtil na economia e no emprego nacionais, apesar de a situação se vir a agravar, sobretudo a partir da década de 80, com sintomas de perda de competitividade, nomeadamente devido à pressão concorrencial crescente exercida pelos NPI, ao seu processo de modernização tardio, às carências de competências técnicas e gestionárias dos RH. Paralelamente, a entrada na CE e a orientação da política macro-económica nacional, particularmente da política cambial e monetária, trouxe novos problemas para o sector, dos quais se destaca, entre outras, a política de valorização do escudo e de restrições de acesso ao crédito. Estas e outras razões que teremos oportunidade de explorar, têm-se traduzido no esgotamento do modelo tradicional de desenvolvimento e na dificuldade de afirmação nacional e internacional da ITV, que se encontra actualmente "num período de impasse entre as indústrias internacionais de baixo custo de mão-de-obra e as dos países mais desenvolvidos com tecnologias de ponta e indústrias capital-intensivo" (Oficina de Economia, 1993: 11).

A ITV encontra actualmente um contexto internacional propício ao seu desenvolvimento, no âmbito quer do debate de um dos grupos de trabalho do *Uruguay Round* enquadrado nos ciclos de negociações no seio do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), quer dos programas comunitários e nacionais de apoio à modernização e reestruturação do sector.

No domínio internacional, especificamente ao nível do GATT, o STV tem sido alvo de uma atenção particular, na medida em que se encontra numa situação particularmente complexa face às pressões concorrenciais decorrentes da abertura das fronteiras aos países extra-comunitários. Dada a importância que o STV assume não só em Portugal, mas na CE em geral, o Acordo Multi-fibras (AMF), que vigora desde 1974, funciona como um mecanismo de defesa do sector face às exportações dos países que não integram a CE. Neste sentido, depois de numerosas negociações, no último AMF foi definido o ano 2005 como limite do seu término. Nessa altura deixarão de existir barreiras tarifárias à entrada na CE dos produtos têxteis vindos dos EUA, do Japão ou dos NPI. Este processo de abertura de fronteiras ocorrerá de forma gradativa, sendo liberalizados de forma crescente os produtos têxteis, passando os vários países (tal como se encontra previsto no âmbito do GATT), a concorrer no mercado em situação de igualdade, pautada por princípios de transparência e de respeito pelas pautas alfandegárias negociadas no quadro do GATT. Portugal depara-se assim com um importante desafio, tendo de, nos próximos dez anos, garantir todas as condições que lhe permitam enfrentar os processos de concorrência, frequentemente de países com estruturas empresariais dotadas de condições qualitativamente superiores, não só de produção, mas também de comercialização e de controlo de redes de informação, elementos estes que são e serão, no futuro, decisivos da performance competitiva das empresas. Por outro lado, tem igualmente a oportunidade de aceder mais facilmente a mercados extra-comunitários.

No âmbito do *Uruguay Round*, a ITV nacional foi alvo de atenção particular, com a aprovação do Programa de Modernização da Indústria Têxtil (PMIT) enquadrado no segundo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) iniciado em 1994. O PMIT tem lugar num período de quinze anos, integrando-se numa estratégia nacional global para o sector com o objectivo de garantir a sua competitividade. O programa visa apoiar as empresas na concretização de projectos de modernização; criar um meio propiciador a processos de inovação; apoiar a área da comercialização; auxiliar a reconversão das unidades empresariais do STV com vista a absorver o volume de mão-de-obra entretanto libertada (Amaral, 1993: 17-18). Todavia, dada a necessidade de intervenção urgente, foi criado em 1993 o Programa Intercalar de Apoio aos Têxteis e Vestuário (PIATV) que pretende ser um programa prévio à implementação do PMIT (MPAT, MIE e MCT, 1992). Neste sentido, para além de apoiar programas nacionais de âmbito sectorial e regional já em curso - tais como a Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) do Vale do Ave, o Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR), o Sistema de Incentivos à Diversificação Sectorial do Vale do Ave (SINDAVE), o Centro Tecnológico das Indústrias Têxteis e de Vestuário (CITEVE), o Apoio a Pequenos Projectos de Investimento (PPI) e as Redes de Cooperação, entre outros - abarca novas medidas, sendo de salientar o Programa para as Regiões Fortemente Dependentes das Indústrias Têxteis e do Vestuário (RETEX).

O RETEX constitui um programa destinado à modernização e reconversão da ITV em regiões particularmente afectadas pelo processo de reestruturação daquelas. Em Portugal, contempla um conjunto vasto de regiões, constituindo o Vale do Ave uma das áreas de intervenção privilegiada. Destina-se a apoiar a modernização de empresas não só da ITV, mas também de outras, quer orientadas para a diversificação dos tecidos produtivos regionais/ locais, quer para actividades de suporte à ITV, de modo a facultar a actualização tecnológica, o reforço da qualidade da base industrial e

¹² Fonte: INE (1990/1991) - *Estatísticas das Empresas - Indústria*, Lisboa.

das redes de comercialização. Procura promover estratégias de viabilização industrial, com uma aposta na melhoria do *know how* e o reforço das competências dos RH, nomeadamente por intermédio da formação; fomentar movimentos de parceria e de cooperação entre empresas; melhorar o acesso destas aos capitais; promover a imagem internacional da ITV portuguesa; facultar o desenvolvimento de estratégias de internacionalização como base de viabilização das empresas (Amaral, 1993: 24).

Por outro lado, a articulação entre as diferentes medidas existentes no seio do PMIT poderá de facto constituir uma das oportunidades únicas, principalmente em termos de apoio financeiro, da ITV se modernizar e reestruturar até ao final da vigência do AMF. Saliente-se, todavia, que estas medidas por si só não assumem qualquer validade. É urgente o protagonismo por parte dos dirigentes e de todos os actores institucionais nacionais e regionais/locais envolvidos nos processos de reestruturação do sector.

3. Caracterização regional e sectorial do Vale do Ave: a representatividade da ITV.

3.1. A bacia de emprego e o sistema produtivo local do Vale do Ave.

O núcleo duro da região do Vale do Ave detém, na generalidade, um conjunto de características que nos permitem, ainda que com algumas precauções, defini-lo conceptualmente como constituindo uma bacia de emprego e, simultaneamente, um sistema produtivo local¹³. A sua tipificação analítica nestes termos baseia-se no pressuposto de interligação acentuada entre os dois conceitos na sua aplicação à região, complementando-se e interligando-se numa perspectiva de análise territorializada.

A bacia de emprego do Vale do Ave agrega quatro concelhos (Fafe, Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão) que formam uma área sectorial e de emprego especializada na ITV. Neste espaço tende a estabelecer-se um equilíbrio quantitativo e qualitativo entre a procura e a oferta de emprego, isto é, as empresas recrutam o seu pessoal na área e os agentes aceitam trabalhar nas empresas da região sem ter de mudar de domicílio, o que implica fluxos intensos de mão-de-obra no interior do "mercado local de trabalho". As deslocações casa-trabalho são aceitáveis em termos de tempos e de meios de transportes, o que permite às empresas encontrarem no espaço regional/local trabalhadores para prover os seus postos de trabalho e aos trabalhadores encontrem no espaço domiciliário um emprego.

Tal como afirmam Sauret e Thierry (1986: 40-41), a bacia de emprego pressupõe uma área geográfica que reagrupa um conjunto de efectivos caracterizados fundamentalmente pelo seu lugar de residência e a sua qualificação profissional e um conjunto de empresas caracterizadas pela seu lugar de implantação, a sua área de negócios, o nível de qualificação dos empregos existentes e a relação salarial imperante. O seu funcionamento implica um conjunto de mecanismos de adequação que procuram excluir o desemprego, dos quais destacamos os que actuam sobre as qualificações (sistema educativo em sentido lato), sobre a localização (transportes, alojamento e acessibilidades), sobre o volume da procura (equipamentos colectivos, migrações definitivas) e sobre o volume da oferta (mercado local de bens e serviços, implantação de estabelecimentos).

Poder-se-ão colocar algumas dúvidas acerca da inclusão do concelho de Fafe na bacia de emprego do Ave, devido ao facto de as redes de acessibilidade deste com os restantes concelhos serem mais carenciadas, o que torna os fluxos de mão-de-obra menos intensos e menos frequentes. Todavia, e tendo em atenção este possível "desvio", os vários estudos¹⁴ realizados sobre a região tendem a salientar um conjunto de características típicas de uma bacia de emprego. A mesma ressalva deverá ser tida em conta quando consideramos o Vale do Ave como um conjunto de concelhos que formam um sistema produtivo local. Na perspectiva de Silva (1987: 9-10), o concelho de Fafe não pode ser enquadrado no que designa de "sistema produtivo local monoespecializado", mas no de "espaço produtivo local em transição", na medida em que o seu grau de industrialização é intermédio, a sua densidade demográfica e a taxa de urbanização são mais baixas do que as dos outros três concelhos. A estas especificidades acresce-se o facto de que, apesar de ter uma vertente de industrialização na ITV, outros sectores assumem uma relevância idêntica, particularmente a agricultura como actividade profissional principal dos agentes locais, caracterizando-se assim por um tecido industrial menos denso relativamente aos restantes concelhos.

Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão são concelhos típicos de um "sistema produtivo local monoespecializado", caracterizados por uma elevada taxa de industrialização concentrada no STV, logo com uma baixa diversificação sectorial, uma densidade demográfica elevada, e mesmo superior às restantes regiões envolventes, nomeadamente à região norte, ainda que com uma taxa de urbanização mais baixa (Idem: 8). Trata-se de um tecido industrial difuso e muito desconcentrado, com características sócio-económicas particulares, designadamente um povoamento

¹³ Esta perspectiva teórica que postulamos encontra a sua fundamentação empírica nos vários estudos realizados sobre a região, nomeadamente nos Estudos Preparatórios da OID do Vale do Ave (CCRN, 1988a/b), nos estudos sobre o Plano Estratégico de Vale do Ave (Quatenaire Portugal, 1993a/b) e no estudo sobre a Reconversão do Tecido da ITV do Vale do Ave (Oficina de Economia, 1993).

¹⁴ Veja-se a título ilustrativo o estudo sobre o programa operacional do Vale do Ave, CCRN (1990).

disperso, associado à importância da actividade agrícola como complemento do rendimento da actividade industrial. Desta forma, e como afirma Silva "estamos face a uma industrialização fortemente territorializada" (Ibidem: 11). As grandes unidades produtivas coexistem com as micro-empresas que mantêm entre si relações mais ou menos simples de complementaridade produtiva, geralmente restritas à subcontratação de determinadas actividades no domínio da divisão do trabalho produtivo, e não, como seria desejável, relações inovadoras de cooperação em domínios de ponta, tais como actividades de I&D ou de promoção conjunta da imagem da região, entre outras.

É Reis (1992) que, em Portugal, desenvolve de forma mais sistemática e aprofundada a problematização do conceito de sistema produtivo local. Tal sistema surge caracterizado pelas particularidades acima expostas na perspectiva de Silva (1988) e que podemos, sem dúvida, encontrar na região do Vale do Ave. Contudo, a proposta de Reis é mais ampla e ambiciosa, de tal forma que não é de todo pacífica a sua aplicação estrita à região na verdadeira acepção do conceito postulada pelo autor. De facto, estamos face a uma história industrial que remonta ao século passado, assente na mono-especialização na ITV, ainda hoje impulsionada e sustentada por empresários autóctones, traduzindo-se na acumulação e desenvolvimento de uma cultura técnica local e concretizando-se no surgimento de economias de aglomeração. Paralelamente, o sistema produtivo é muito influenciado pelas economias familiares que se caracterizam por "estratégias de actividade multiformes, levando a que as condições de reprodução da força de trabalho e de gestão do tempo e do rendimento não estejam em relação unilinear unívoca com a tendência dominante de salarização da mão-de-obra" (Reis, 1992: 122). Desta forma a relação triangular empresa-casa-trabalho que caracteriza a bacia de emprego assume uma importância acrescida num contexto territorial em que a pluriactividade indústria-agricultura garante a manutenção e reprodução da força de trabalho.

Assim sendo, são os fundamentos sócio-económicos, onde interage o contexto territorial e as esferas da produção, que explicam o padrão de industrialização do sistema produtivo local do Vale do Ave constituinte da sua economia regional. Ou seja, uma base industrial significativamente dependente de mão-de-obra barata e pouco qualificada escolar e profissionalmente que, auferindo baixos salários, desenvolve estratégias familiares de complemento do rendimento do trabalho industrial, assentes no desenvolvimento de uma agricultura sobretudo orientada para o autoconsumo, permitindo, deste modo, garantir a subsistência alimentar e o acesso a níveis razoáveis de consumo (Idem: 110).

Porém, outras características tipo dos sistemas produtivos locais (Ibidem: 121-122) parecem estar ausentes da região, nomeadamente o desenvolvimento e consolidação dos sectores de suporte à actividade produtiva dominante originária, de redes de relações intra e inter-sectoriais densas de complementaridade na fileira produtiva, de criação de relações sinérgicas e coordenadas entre os diferentes agentes e actores institucionais implicados no desenvolvimento da região bem como da sua capacidade de negociação face ao exterior nacional e supranacional.

As características do sistema produtivo local no seu contexto territorial "pelas condições sócio-económicas que lhe servem de enquadramento e pela natureza reticular da organização da produção" (Ibidem: 113), permitem analiticamente diferenciá-lo do conceito de bacia de emprego, onde a região/local é sobretudo um espaço de incidência de migrações pendulares da população activa (Ibidem), ainda que, na nossa perspectiva de análise, um e outro se complementem dando coerência ao espaço regional e sectorial do Vale do Ave.

Neste sentido, a proposta de Neves (in Rodrigues e Neves (coord.), 1994: 331) que, com objectivos diferenciados mas numa perspectiva analítica muito próxima da nossa, procura identificar situações tipo no cruzamento das dimensões formação e desenvolvimento regional¹⁵, definindo uma tipologia de situações sócio-económicas regionais, parece-nos particularmente adequada ao enquadramento de análise da região, tendo em conta a sua caracterização enquanto sistema produtivo local associado à sua bacia de emprego. A partir dela classificamos a região do Vale do Ave como detendo características de duas das situações típicas identificadas: trata-se de uma região onde se verifica a "emergência de situações de crise" e simultaneamente o "reforço dos movimentos de abertura ao exterior". Isto é, estamos face, na primeira situação, a uma região mono-especializada de longa tradição industrial, em que um número significativo de empresas do STV se encontram em situação de crise já declarada ou em declínio e outras onde se estão actualmente a encetar processos de reestruturação, diferenciados em termos de áreas de actuação e da sua amplitude, das quais muitas conseguem sobreviver mas poucas vencer os novos desafios da competitividade; na segunda situação, presenciamos um contexto regional no qual a ITV, pela sua tradição exportadora, se encontra fortemente dependente do mercado externo, sofrendo o impacto da realização do mercado interno europeu, o que exige um processo de recomposição das suas vantagens comparativas de modo a recuperar a sua competitividade e, por consequência, a da região. Encontramo-nos assim em face de um processo de reestruturação produtiva que tenta encontrar vias de modernização, desenvolvendo e reforçando o sector tradicional de especialização local, procurando, simultaneamente, criar sectores alternativos, capazes de, por um lado, responder às necessidades em défice no sector em reestruturação e, por outro, absorver a libertação de mão-de-obra, resultante dos processos de reestruturação da ITV.

¹⁵ Para um maior desenvolvimento da articulação entre o subsistema económico e o subsistema de ensino-formação, base da tipologia de situações tipo proposta v. Neves (in Neves e Rodrigues (coord.)1994: 328-335).

A articulação das características físicas e sócio-económicas da região, o perfil da actividade produtiva, a forma de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais constituem a base de um modelo de desenvolvimento que se tem mostrado particularmente sensível às repercussões das crises que afectam a economia nacional, nomeadamente a partir dos inícios da década de 70. As características que historicamente sustentaram o modelo, constituem hoje factores de estrangulamento, havendo necessidade de uma intervenção estruturada e reflectida de modo a fomentar-se o ajustamento da região às novas condições e desafios sócio-económicos dado que, só por si, a região é incapaz de assegurar as transformações necessárias no seu modelo de desenvolvimento (CCRN, 1990: 21-22).

Em relação ao sector industrial, e na sequência da avaliação das graves deficiências estruturais empresariais do Vale do Ave¹⁶, gerou-se um consenso quanto à necessidade de se operar um processo de transformação do modelo de desenvolvimento da ITV como condição viabilizadora da sua competitividade. Neste sentido, foram realizadas algumas tentativas com o objectivo de se declarar a ITV como sector em reestruturação, à semelhança do que aconteceu para o sector dos lanifícios e da fundição no âmbito do PEDIP I. Estas não resultaram devido a "dificuldades de ordem técnica, política e institucional na resolução dos problemas resultantes da execução, no terreno, de um processo de reestruturação sectorial" (Idem: 25). Em alternativa, foram aprovados para a região dois programas de intervenção de âmbito regional na vertente de apoio ao sector industrial: o Programa Regional Integrado do Vale do Ave (PROAVE) e a OID do Vale do Ave.

O PROAVE foi aprovado pela Comissão das Comunidades Europeias, em 1989, para vigorar entre 1990 e 1993. O seu eixo prioritário de actuação no interior do QCA para Portugal de 1989 a 1993 era o da "reconversão e reestruturação industrial" (eixo 5), procurando articular os objectivos de reestruturação sectorial com o interesse territorial da região. Visava a valorização e diversificação da actividade produtiva e dirigiu-se especialmente para a construção de equipamentos e de infra-estruturas locais de iniciativa municipal. Integrava quatro subprogramas apoiados financeiramente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo FSE:

- o subprograma 1, destinado ao desenvolvimento de infraestruturas, tinha como objectivos melhorar a circulação da informação, de pessoas e de mercadorias no seu interior e com o exterior, impedir a nefasta utilização dos recursos naturais, promover a imagem do Vale do Ave e a melhoria da qualidade de vida na região;

- o subprograma 2, vocacionado para o apoio à actividade produtiva e de serviços às PME, tinha como finalidade a valorização dos recursos endógenos da região, pretendendo reforçar os recursos empresariais e elevar as actividades terciárias;

- o subprograma 3, orientado para a formação profissional e para os RH - o único apoiado pelo FSE -, atendia à especificidade da estrutura produtiva e sectorial da região e à sua articulação com os PO de formação profissional. Os eixos fundamentais de intervenção consistiam na formação: de activos não qualificados; de quadros intermédios dadas as deficiências do sistema de ensino e do papel decisivo daqueles nos processos de reestruturação da actividade produtiva; em tecnologias avançadas cujo objectivo fundamental era aumentar a competitividade externa das empresas. Contemplava ainda a constituição de um gabinete de coordenação da formação de RH, que até ao momento não foi criado;

- o subprograma 4, direccionado para a execução e acompanhamento, pretendia garantir a intervenção coordenada e a avaliação da execução e do impacto do PROAVE com objectivos de optimização da gestão e de procura de sinergias internas com outros programas sectoriais ou regionais (CCRN, 1990 e IAPMEI, s.d.: 97-100).

A OID do Vale do Ave foi criada em 1990/91¹⁷, atribuindo prioridade a um outro conjunto de projectos e medidas, designadamente ao nível da educação, das acessibilidades e do ambiente. Orienta-se para a valorização da actividade produtiva e da capacidade empresarial da região, procurando criar condições e apoios para reforçar a inovação e a diversificação com acções no sentido da promoção de actividades alternativas capazes de minimizarem os efeitos negativos da reestruturação sectorial (IAPMEI, s. d.: 97-100 e CCRN, 1994: 1). Funciona como um *lobbie* da região junto do governo central, para questões diversificadas, tais como a canalização de grandes projectos de investimento directo estrangeiro na região (CCRN, 1993: 16).

No sentido de apoiar este conjunto de medidas prioritárias foram criados uma série de instrumentos de apoio, dos quais destacamos:

- O SINDAVE, criado em 1991¹⁸, que funciona como um instrumento financeiro cujo objectivo é o reforço e a diversificação do tecido industrial da região de modo a esbater a excessiva dependência da região da ITV, apoiando actividades alternativas no domínio da aquisição de novas tecnologias, da protecção do ambiente, da gestão da qualidade, do *design* industrial e dos serviços de suporte e de apoio à indústria, designadamente nas áreas da informação, qualidade, *design*, redes de comercialização e consultoria económica e jurídica internacional (Oficina de Economia, 1993: 54-56 e IAPMEI, s.d.: 101);

¹⁶ Para um maior desenvolvimento destas deficiências, consulte-se CCRN (1988a/b e 1990).

¹⁷ Resolução do Conselho de Ministros nº 43/90 de 9/11 e nº 8/91 de 16/3.

¹⁸ Resolução do Conselho de Ministros nº 8/91 de 16/3, Decreto-Lei nº 101/92 de 30/5 e Portaria 753/92 de 3/8.

- O Fundo de Reestruturação e Internacionalização Empresarial (FRIE), criado em 1992¹⁹, que se destina a melhorar a competitividade do STV no contexto do mercado único. Tem como objectivo reforçar os capitais próprios das empresas economicamente viáveis que visem concretizar projectos de modernização ou de elevação dos seus níveis de internacionalização através da participação no seu capital social, isto é, coloca à disposição das empresas fundos abertos de capital de risco por via de participações temporárias e minoritárias (Idem: 56; Idem);

- O Regime de Benefícios Fiscais, criado em 1992²⁰, destinado a favorecer projectos de reconversão, modernização, fusão, concentração e internacionalização de empresas de sectores declarados em reestruturação ou localizadas em regiões afectadas económica e socialmente por reestruturações sectoriais. Estes benefícios concretizam-se na possibilidade de dedução à matéria colectável (imposto sobre o rendimento colectivo) de uma percentagem do valor do investimento considerado relevante, constituindo assim, um poderoso incentivo aos projectos acima referenciados, bem como à internacionalização das empresas (Ibidem; Ibidem);

- O PERIFRA que se trata de uma iniciativa comum do Parlamento Europeu e da Comissão das Comunidades para compensar as regiões desfavorecidas por efeitos negativos causados por acontecimentos excepcionais. Em Portugal, visa no domínio do STV a criação de um Centro de Estudos Têxteis Aplicados e o apoio a projectos de demonstração prioritários de técnicas de melhoria dos processos de gestão e de produção no sentido de promover o aumento de produtividade (Ibidem: 57; Ibidem: 102-103);

- O RETEX por nós já analisado, constitui uma iniciativa comunitária de apoio às regiões da Europa dependentes da ITV (Ibidem: 57; Ibidem: 101-102).

Para além destas medidas prioritárias especificamente orientadas para o Vale do Ave ou para regiões dominada pela ITV e pelos respectivos processos de reestruturação em curso no sector, há todo um conjunto de outros programas de âmbito nacional, tais como:

- O Programa Operacional Nacional (PRISMA), criado em 1992²¹, que visa promover a adaptação das actividades económicas, situadas em regiões menos desenvolvidas, às novas condições de concorrência decorrentes do mercado único (IAPMEI, s.d.: 101);

- O PEDIP I que vigorou entre 1988 e 1992, enquadrando quatro eixos prioritários de actuação: infraestruturas de apoio à indústria; formação profissional; financiamento do investimento produtivo; missões de produtividade e de qualidade. A este sucedeu o Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP II), a vigorar entre 1994 e 1999 (Idem: 11-20 e Gabinete Gestor do PEDIP, 1993);

- O SIBR, criado em 1988²², apoia projectos de investimento no interior da indústria extractiva e transformadora que visem a criação e expansão de empresas industriais, a modernização e a inovação tecnológica e a reconversão de unidades já existentes (Separata Incentivos Comunitários, 1991: 11);

- ...

Paralelamente a estas medidas de modernização e de reconversão do tecido económico da região do Vale do Ave, em 1991, o governo estabeleceu um Regime Especial de Protecção Social, renovado em 1994 para vigorar até 1995²³ com o objectivo de minimizar os problemas de carácter social decorrentes dos processos de reestruturação da ITV da região. No domínio do primeiro regime, foram implantadas medidas especiais de protecção social aos trabalhadores desempregados involuntariamente que constam de uma série de modalidades, designadamente o alargamento do período de concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego, a redução dos prazos de garantia para aceder a estes subsídios, compensações salariais associada a mudanças geográficas ou de profissão que impliquem quebras remuneratórias, o aumento do abono de família para garantir a prossecução dos estudos durante o período de escolaridade obrigatória dos descendentes dos desempregados, entre outras. No regime actualmente em vigor, mantêm-se as medidas passivas acima referidas, ainda que exista uma intenção de implementação de medidas activas de emprego e formação, prevendo-se, nomeadamente a criação de redes de promoção do emprego, bolsas para pequenas iniciativas de carácter empresarial, incentivos à formação profissional (majoração de bolsas, subsídios de transporte e alimentação e serviços de aconselhamento) e ao emprego (subsídios à contratação de jovens e desempregados de longa duração a tempo indeterminado), incentivos a iniciativas locais de emprego e à criação do próprio emprego, bem como programas ocupacionais para desempregados.

Assim sendo, e à primeira vista, parece poder considerar-se que a região, o sector e os seus agentes e actores institucionais se encontram numa situação privilegiada para fazer face aos novos desafios que se colocam. Uma análise mais aprofundada das condições de acesso aos diferentes

¹⁹ Resolução do Conselho de Ministros nº 26/92 de 16/7 e Decreto-Lei nº 214/92 de 13/10.

²⁰ Decreto-Lei nº 289/92 de 26/12.

²¹ Despacho Normativo nº 213/92 de 13/11.

²² Decreto-Lei nº 483-B/88 de 28/12.

²³ Cf. Portarias nºs 735/91 de 31/7 e 365/94 de 11/6 no anexo I.

programas e medidas, bem como da sua avaliação mostra-nos que, na realidade, as situações são bem mais complexas, sendo a capacidade de acesso e de execução bastante inferiores ao desejável, como teremos oportunidade de concretizar em alguns domínios particulares, designadamente quanto à diversificação sectorial e à criação de serviços de suporte à ITV ou ainda à recolocação de desempregados, às iniciativas de criação do próprio emprego e o recurso por parte das empresas a programas de formação profissional.

3.2. Estrutura sectorial e empresarial da actividade económica do Vale do Ave²⁴.

O Vale do Ave é hoje um espaço de reconhecida importância nacional dada a representatividade do seu tecido produtivo na actividade económica do país e da região norte, bem como dos problemas que têm vindo a assolar a região, decorrentes da crise económica sectorial da ITV, que representa perto de 80% da sua estrutura produtiva, tendo, por isso, necessariamente repercussões na economia nacional.

Neste sentido, propomos avaliar qual o peso da ITV do Vale do Ave no seu contexto sectorial, na região norte e no continente.

a) A importância da indústria como actividade económica dominante do Vale do Ave é inquestionável se atendermos ao seu peso na indústria transformadora nacional e da região norte, ilustrada no seguinte quadro:

QUADRO IV. 1
ACTIVIDADE INDUSTRIAL DO VALE DO AVE: IMPORTÂNCIA NO CONTINENTE E NA REGIÃO NORTE

PESO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL DO VALE DO AVE (%)				
INDICADORES ECONÓMICOS	CONTINENTE		REGIÃO NORTE	
	1988	1990	1988	1990
FBCF	13	14	33	33
VAB	10	11	28	30
VBP	9	25	11	28
Remunerações	12	12	29	30

Fonte: Dados estimados pela Marktest através da regressão linear dos dados do INE (1984, 1985, 1986 e 1987) - *Estatísticas Industriais*, Lisboa, in IAPMEI (s.d.: 41-44).

A comparação dos indicadores económicos para estes dois anos permite-nos verificar que, na generalidade, a indústria transformadora do Vale do Ave melhorou ligeiramente a sua posição relativa no continente e na região norte em termos de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), VAB e VBP, o que poderá ser indiciador de uma aposta no desenvolvimento da actividade industrial, ainda que o indicador remunerações se mantenha, relativamente ao continente e aumente ligeiramente em relação à região norte, sinónimo dos baixos níveis salariais tipicamente afectos à população activa da indústria transformadora do Vale do Ave.

Em termos do número de estabelecimentos e do emprego total nacional, o Vale do Ave absorvia, para o ano de 1991, respectivamente 4% e 12%. Relativamente à região norte, para os mesmos indicadores, o peso era de, respectivamente 7% e 19%²⁵. Se procurarmos aferir agora apenas o peso do Vale do Ave na indústria transformadora, e na posse de dados estatísticos apenas para o ano de 1988, verificamos que o Vale do Ave concentrava 15% do total dos estabelecimentos da indústria transformadora da região norte e 6% do total nacional, sendo a sua importância ainda maior em termos da mão-de-obra empregue, agregando 31% e 14% do total dos trabalhadores a laborar na indústria

²⁴ Nos subpontos 3.2. e 3.3. deste cap. utilizamos fontes estatísticas diversas para caracterizar a estrutura sectorial e empresarial, bem como a estrutura do emprego e dos RH da região do Vale do Ave. A leitura das informações estatísticas fornecidas deve ser objecto de precaução por várias ordens de razões: em muitos casos trabalhamos com dados que poderão encontrar-se, de certa forma, já desactualizados, o que em determinadas situações, poderá não traduzir a realidade actual, dadas as transformações que entretanto ocorreram na estrutura sócio-económica local, embora estas não tenham assumido, provavelmente, um carácter muito significativo, pois o desfasamento temporal é na maior parte dos casos pouco lato; os referenciais utilizados para aferir os mesmos indicadores pelo INE, pelo DE-MESS e pelo IEFP são diferentes pelo que a sua comparabilidade não foi realizada ou apenas em casos pontuais e, nestes, sempre devidamente relativizadas; os Quadros de Pessoal, fonte fundamental para a caracterização da estrutura do emprego e dos RH são marcados, por um lado, por uma grande disparidade dos dados entre si, isto é, os mesmos indicadores aferidos em relação a situações diferenciadas totalizam números muito dispares, o que se fica a dever, entre outros motivos, às elevadas e diversificadas incidências verificadas na rubrica "ignorados"; por outro lado, não englobando os dados relativos à administração pública põe sempre em causa a fidelidade dos totais aferidos para a região, na medida em que apenas abrange uma parte da actividade económica.

²⁵ Fonte: DE-MESS (1991) - *Quadros de Pessoal*, SICT, Lisboa.

transformadora respectivamente da região norte e do continente²⁶.

b) Centrando-nos na ITV, verificamos que, em 1988, o Vale do Ave concentrava 38% do emprego e 44% do VAB gerado na indústria transformadora nacional²⁷, constituindo assim o principal pólo da produção da ITV em Portugal. O quociente de localização²⁸ (QL) aferido para o Vale do Ave permite avaliar com clareza o grau de concentração da actividade produtiva. Este índice reflecte uma elevada especialização na ITV da qual depende exageradamente a região, ainda que mais acentuadamente em termos de VAB (QL= 5,26) do que de emprego (QL= 3,44) (Oficina de Economia, 1993: 50-51), o que deverá ser objecto de reflexão, nomeadamente em termos de política industrial, na medida em que é sobretudo através do VAB que transparece o potencial de criação de riqueza da região.

c) A predominância do sector secundário e da ITV é visível se analisarmos a estrutura sectorial do emprego. Os dados estatísticos disponíveis mostram que entre 1985 e 1991 a estrutura sectorial do emprego se manteve mais ou menos estável na região:

- o sector primário representa 0,6% do emprego nos dois anos;
- o sector secundário declinou 2% de 1985 para 1991, passando de 89% para 87%, continuando no entanto a ser a actividade predominante na região;

- o sector terciário cresceu nos dois anos em causa de 10% para 13%²⁹.

A indústria é a actividade dominante da estrutura económica da região do Vale do Ave, incidindo a sua concentração na ITV que representava 65% das empresas e 76% do emprego da ITV nacional³⁰. Porém, assiste-se hoje a uma atenuação da sua importância no emprego. Dados mais recentes mostram uma redução da importância da ITV no emprego industrial da região, que diminui de 78% em 1991 para 72% em 1992³¹. Esta quebra não introduz qualquer alteração significativa quanto à dependência do emprego da região deste sector industrial.

No interior da ITV, destacam-se comportamentos diferentes entre os dois subsectores: o subsector têxtil vê a sua importância diminuir, enquanto o subsector da confecção se revela mais dinâmico. Neste domínio, os dados sobre a taxa de variação do crescimento do emprego industrial entre 1986 e 1991 são bastante elucidativos da situação vivida na região:

- o subsector têxtil apresenta uma taxa negativa de 3%;
- o subsector da fabricação de artigos de vestuário uma taxa positiva de 60%;
- os restantes sectores industriais apresentam também uma taxa positiva de 4%³².

A situação agrava-se quando analisamos a evolução dos índices de emprego entre finais de 1990 e 1991: verifica-se um contínuo decréscimo do subsector têxtil enquanto o subsector da confecção de artigos de vestuário cresce, ainda que ligeiramente, até ao primeiro trimestre de 1992, começando a partir desta altura a decrescer, ainda que a um ritmo menos acelerado que o subsector têxtil e assumindo sempre quotas de emprego superiores³³. Este declínio acentuado do emprego na ITV em geral e no subsector têxtil em particular, constitui um dos maiores problemas da região. Estes são tanto mais graves quando se verifica, por um lado, que a redução do emprego se tende a estender a todos os sectores e empresas, e, por outro, que a aceleração da libertação de mão-de-obra, sobretudo por parte da ITV não tem cobertura ao nível da criação de emprego pela dinâmica de outros sectores de actividade.

Não obstante, verifica-se na região, entre 1981 e 1991, nos sectores dos serviços e do comércio e turismo, um crescimento positivo quer no domínio do emprego, quer em termos do VAB, com uma taxa de variação de respectivamente 61% e 44% para o primeiro indicador, e de 105% e 39% para o segundo³⁴. Todavia, este rápido crescimento foi deficitário, por um lado, porque insuficiente para cobrir a totalidade da mão-de-obra afastada do sector secundário, por outro, porque não se orientou para o desenvolvimento dos serviços de apoio à actividade produtiva que apresentam no Vale do Ave uma fraca representatividade, traduzindo-se numa extrema dependência face à Área Metropolitana do Porto.

Diversos estudos têm salientado a importância dos serviços de suporte à actividade produtiva

²⁶ Fonte: INE (1988) - *Estatísticas Industriais*, Lisboa.

²⁷ Idem.

²⁸ O quociente de localização (QL) relaciona a importância de um sector de actividade numa determinada região com o peso dessa região na variável de referência. Neste caso, as variáveis de referência foram o VAB e o emprego aferidas para a região do Vale do Ave.

²⁹ Fonte: DE-MESS (1985 e 1991) - *Quadros de Pessoal*, SICT, Lisboa.

³⁰ Idem.

³¹ Fonte: DE-MESS (1992) - *Quadros de Pessoal*, SICT, Lisboa.

³² Fonte: DE-MESS (1986 e 1991) - *Quadros de Pessoal*, SICT, Lisboa.

³³ Fonte: Oficina de Economia (1993: 180). Os índices de emprego foram calculados a partir dos Inquérito ao Emprego Estruturado do DE-MESS de 1990 a 1992 para o continente, no entanto tendo-se em consideração que o Vale do Ave concentra grande parte do emprego da ITV, afirma-se a possibilidade de generalização destes índices para a região.

³⁴ Fonte: MPAT, "Preparar Portugal para o século XXI" in CCRN (1994: 3).

como factor impulsionador determinante da modernização sectorial regional³⁵, tanto mais pertinente no contexto de monoespecialização acentuada e fortemente dependente das pressões internacionais. Este tipo de actividades terciárias - que engloba desde os sectores mais tradicionais, de transportes e comércio de máquinas e produtos industriais, até aos mais inovadores, relacionados com as funções de gestão e de organização das empresas e actividades técnicas especializadas, tais como I&D, *design* e qualidade -, apesar de encontrarem um mercado industrial potencialmente elevado na região, deparam-se com características que funcionam como um entrave à sua fixação local, quer dentro das empresas industriais, "cujas taxas de terciarização e de enquadramento são particularmente baixas" (Lima, Nicolau e Salavisa, 1992: 28), quer ao nível externo, não se concretizando na criação de um sector com serviços especializados de apoio às empresas. Nem mesmo as medidas de diversificação do tecido produtivo, nomeadamente o SINDAVE, têm conseguido resultados minimamente razoáveis e, apesar de no seu âmbito se terem criado mais de 1.000 postos de trabalho, apenas aumentou em 5% os postos de trabalho em indústrias não têxteis³⁶. Este tipo de intervenções, para que se concretizem em investimentos estratégicos para a região, exigem uma melhor divulgação e um maior empenhamento por parte dos empresários, actores locais e de investidores externos. "Neste cenário, o Vale do Ave apresenta-se como uma periferia industrial onde o aumento potencial da procura de serviços gerada localmente tende a ser rapidamente drenada pela oferta existente na metrópole, particularmente no que se refere aos serviços mais especializados, mais inovadores e mais qualificados" (IAPMEI, s.d.: 81). Todavia, nos últimos anos foram criadas estruturas de apoio à indústria, nomeadamente o CITEVE, o Centro de Informação e Dinamização Empresarial, a Associação Universidade/Empresa para o Desenvolvimento e o Instituto de Desenvolvimento e Inovação do Minho.

No que diz respeito à representatividade territorial da ITV verifica-se que, para 1991, o subsector têxtil se concentra sobretudo no concelho de Guimarães (43%), enquanto a fabricação de artigos de vestuário predomina em Santo Tirso (32%), ainda que Guimarães se iguale com uma concentração muito próxima daquela nesta actividade (31%). No concelho de Vila Nova de Famalicão, os dois subsectores têm valores muito próximos, respectivamente 28% e 27% para o subsector têxtil e para o da confecção, enquanto Fafe apresenta os mais baixos níveis de concentração industrial na ITV, cada um dos subsectores com cerca de 7%³⁷.

No domínio da diversificação sectorial da indústria transformadora, destaca-se em Guimarães o fabrico do calçado, em Vila Nova de Famalicão o fabrico de instrumentos profissionais e científicos e de aparelhos de medida, de verificação, fotográficos e de instrumentos de óptica e em Santo Tirso a indústria da borracha, representando respectivamente 86%, 99% e 47% do total destes sectores na região³⁸.

O sector agrícola tem um peso relativamente pequeno no emprego da região enquanto actividade profissional principal, no entanto funciona frequentemente como um "amortecedor" social face aos baixos salários que caracterizam a actividade industrial. Apesar dos dados que dispomos para aferir a importância do sector na região serem relativamente desactualizados³⁹ consideramos que continuam a espelhar, de alguma forma, a situação de pluriactividade e de plurirendimento que a caracteriza. O estudo de Magalhães (1984 citado por Silva, 1987: 6-7) mostra que apesar de em 1981 se registar na região uma fraca percentagem de activos no sector agrícola (8%)⁴⁰, este valor "encobre o peso real do vínculo agrícola da população residente" (Idem: 6), na medida em que apenas considera os activos que têm como ocupação principal a actividade agrícola. Ora, se tivermos em conta o "vínculo agrícola da população" (Ibidem) verificamos que 24% da população residente exerce actividade neste sector. Este valor é substancialmente acrescido se contabilizarmos toda a população agrícola familiar que trabalha na exploração em relação à população residente activa na agricultura, que ronda para os quatro concelhos cerca de 455%, valor que se justifica pelo facto de integrar o conjunto da população residente que, de alguma forma, participa no trabalho agrícola: activos que têm no sector a sua actividade principal, os menores em idade escolar, as domésticas, os recenseados noutros sectores de actividade, constituindo estes últimos os pluriactivos com ocupação principal fora da agricultura (Ibidem: 6; 7.3.). Estamos, assim, face a uma situação em que a industrialização não levou à destruição da agricultura de pequena exploração familiar. Inversamente, apoiou-se nela, permitindo, simultaneamente, a sua reprodução com carácter de complementaridade (Ibidem: 7), o que está intimamente relacionado com as características do próprio território de povoamento desconcentrado associado a uma industrialização difusa.

A estrutura empresarial do Vale do Ave é fortemente polarizada entre as grandes e as pequenas

³⁵ São exemplos destas teses os diversos estudos realizados no domínio do desenvolvimento do plano estratégico para o Vale do Ave. A propósito, consulte-se, nomeadamente Quaternaire Portugal (1993a/b) e IAPMEI (s.d.).

³⁶ Fonte: CCRN (1994: 3).

³⁷ Fonte: DE-MESS (1991) - *Quadros de Pessoal*, SICT, Lisboa.

³⁸ Idem.

³⁹ Fonte: INE (1981) - *Recenseamento Geral da População*, Lisboa; INE (1979) - *Inquérito Agrícola do Continente*, Lisboa.

⁴⁰ Fonte: INE (1981) - *Recenseamento Geral da População*, Lisboa.

empresas. Em 1988, mais de 50% das empresas da região empregavam menos de 20 trabalhadores, apesar de se verificar que as grandes unidades industriais eram muito significativas em termos de concentração do emprego: as empresas com mais de 500 trabalhadores, que representavam 3% do total, absorviam mais de 33% do emprego industrial da região (Oficina de Economia, 1993: 41-42). Verifica-se que a dimensão média dos estabelecimentos industriais do Vale do Ave é superior à da região norte e do continente: em 1988, tínhamos em média cerca de 125 trabalhadores por estabelecimento na região em análise, contra respectivamente 61 e 48 trabalhadores⁴¹, situação que parece manter-se em 1992 (IAPMEI, s.d.: 29).

Em 1991, na ITV, as micro-empresas, que empregam 9 ou menos trabalhadores, predominam na região (72%), apesar de empregarem apenas cerca de 4% do pessoal ao serviço, enquanto as empresas (definidas aqui enquanto englobando o conjunto dos seus estabelecimentos) com 500 ou mais trabalhadores, representando 1% do total das empresas da ITV, têm ao seu serviço 28% do total das pessoas empregues no sector. Este valor é muito idêntico ao verificado para as empresas com 50 a 199 pessoas (27%), que contudo são mais representativas (14% do total da ITV da região)⁴². Estamos em presença de uma concentração do emprego nas grandes empresas apesar destas serem menos representativas em termos quantitativos, situação tanto mais grave face à crise que afecta o sector, particularmente as grandes empresas que, com estruturas mais rígidas, têm dificuldade de encetar processos de reestruturação o que, a prazo, irá aumentar o exército de desempregados da região.

A análise da ITV relativamente ao critério volume de vendas é demonstrativa da incapacidade de afirmação do produto no mercado e da debilidade das redes comerciais. Em 1991, 31% das empresas da ITV do Vale do Ave apresentaram um volume de vendas inferior a 10.000 contos/ano, valor este relativamente superior à média do total dos ramos de actividade económica da região que representam neste escalão do volume de vendas cerca de 26%. Significativo é, no entanto, o número de empresas da ITV do Vale do Ave com valores de volume de vendas entre os 100.000 contos/ano e os 499.000 contos/ano que, na sua totalidade, somam cerca de 18%, valor superior àquele que é verificado para a totalidade das actividades económicas do Vale do Ave em que neste escalão de volume de vendas encontramos apenas cerca de 13% das empresas⁴³.

A análise da natureza jurídica das empresas da ITV do Vale do Ave mostra que 59% destas são sociedades por quotas, seguindo-se os empresários em nome individual que contabilizam um total de 38% das empresas. Para a totalidade da região e dos ramos de actividade económica, a situação jurídica é ligeiramente inferior no domínio das sociedades por quotas (53%) e ligeiramente superior na vertente dos empresários em nome individual (40%). Releve-se, ainda, a baixa incidência das sociedades anónimas que representam cerca de 2% do total das empresas da ITV da região⁴⁴. O predomínio das sociedades por quotas e dos empresários em nome individual é sinónimo da forte componente familiar das empresas que apresentam uma reduzida dispersão do seu capital, situação esta que não é excepção para a totalidade das actividades económicas nacionais.

3.3. Estrutura do emprego e dos RH do Vale do Ave.

O dinamismo demográfico do Vale do Ave tem-se mostrado positivo na última década, com uma taxa de crescimento que apresenta uma variação de cerca de mais 7%. A sua população representa 12% da população da região norte e 5% da do continente, com uma grande incidência nos escalões etários mais jovens que concentram 51% da sua população contra 48% na região norte e 42% no continente (CCRN, 1994: 2). Esta estrutura etária onde a juventude ocupa uma posição de relevo está associada à elevada taxa de natalidade constatada na região quando comparada com a da região norte ou do continente, respectivamente 15%, 13% e 11%, em 1988 (Oficina de Economia, 1993: 18).

De facto, cerca de 45% da população residente no Vale do Ave tem menos de 25 anos de idade, assumindo entre estes uma relevância particular o grupo etário com idades iguais ou inferiores a 14 anos (25% da população total). Paralelamente, são os escalões etários mais idosos que contemplam uma menor percentagem da população residente, sendo o seu peso inferior relativamente à região norte e ao continente⁴⁵.

A taxa de actividade do Vale do Ave é elevada: cerca de 52% (contra 45% na região norte), para o que contribui a forte participação dos jovens e das mulheres no "mercado de trabalho". A média da taxa de actividade feminina para os quatro concelhos é de cerca de 45%, enquanto a mesma taxa para a região norte é bastante inferior (37%)⁴⁶. O perfil industrial da região dominado pela ITV explica a elevada taxa de actividade feminina sobretudo na indústria de fabricação de artigos de vestuário que

⁴¹ Fonte: INE (1988) - *Estatísticas Industriais*, Lisboa.

⁴² Fonte: DE-MESS (1991) - *Quadros de Pessoal*, SICT, Lisboa.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Fonte: INE (1991) - *Recenseamento Geral da População*, Lisboa.

⁴⁶ Idem.

recorre preferencialmente a este tipo de mão-de-obra. Porém, deve considerar-se que as taxas de emprego jovem e feminina apresentam recentemente sinais de mudança em virtude da situação de crise que o STV atravessa.

De facto, o emprego por conta de outrem, entre 1985 e 1991, nos concelhos de Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão registou um crescimento mais moderado, semelhante ou ligeiramente inferior aos valores verificados no continente e na Área Metropolitana do Porto, ficando substancialmente atrás das dinâmicas de outras regiões contíguas como é o caso do Vale do Sousa, reflexo da situação de crise que se vive na ITV da região (Quatenaire Portugal, 1993b: 64).

A taxa de desemprego do Vale do Ave é relativamente inferior à verificada na região norte. Para 1991, temos uma taxa de desemprego de 3% para o primeiro e de 5% para a segunda. Enquanto a taxa de desemprego masculina é idêntica nas duas regiões, a taxa de desemprego feminina do Vale do Ave é nitidamente inferior à da região norte, respectivamente 4% e 7%⁴⁷. É de admitir que estas taxas de desemprego tenham vindo a aumentar nos últimos anos devido à retracção generalizada do sector industrial e da ITV em particular, para a qual, como já referimos, não se antevê cobertura ao nível da criação de emprego pela dinâmica de outros sectores. A evolução previsível do crescimento da taxa de desemprego é corroborada se compararmos a situação dos concelhos da região entre finais de 1991 e o ano de 1992:

- no final de 1992 temos um aumento do desemprego inscrito de cerca de 13% em relação ao 3º trimestre de 1992, e de 34% relativamente ao 4º trimestre de 1991;

- os pedidos de subsídio de desemprego quase duplicaram no 4º trimestre de 1992 em relação ao mesmo trimestre de 1991⁴⁸.

Estes dados sobre o desemprego são largamente acrescidos se lhes adicionarmos as situações de ausência ao trabalho por doença subsidiada. Em Julho de 1992 registava-se 6% de desempregados e de 11% de pessoas em situação de doença subsidiada⁴⁹. Podemos então concluir que a taxa de desemprego da região omite um fenómeno crescente de "baixas médicas por doença" que, em geral, excede em aproximadamente 5% o número oficial de desempregados. De facto, é possível aventar a hipótese de que os trabalhadores do Vale do Ave têm recorrido a esta situação para conseguirem uma dupla remuneração e colmatar os baixos salários praticados na região e em particular na ITV. É o caso nomeadamente da mão-de-obra feminina devido à tradição ainda presente do trabalho exercido à peça no domicílio.

Acresce-se ainda que, face à já relativamente elevada taxa de desemprego e de procura de emprego, as colocações realizadas pelos Centros de Emprego são praticamente irrelevantes: para 1993, o número de desempregados inscritos era de 13.467, enquanto apenas 5% das pessoas foram colocadas pelos Centros de Emprego⁵⁰. O desemprego inscrito resulta sobretudo de situações de afastamento da mão-de-obra do subsector têxtil e só mais recentemente da indústria de fabricação de artigos de vestuário. Se inicialmente a libertação de mão-de-obra do primeiro subsector era absorvida pelos restantes sectores, nomeadamente o da confecção de vestuário, actualmente a situação é bem diferente, na medida em que as ofertas de emprego deste último e dos restantes sectores são insuficientes (Idem: 38).

A situação de desemprego é diferenciada entre os concelhos do Vale do Ave, sendo mais intensa em Guimarães (41%) e em Santo Tirso (28%), seguindo-se Vila Nova de Famalicão (19%) e Fafe (12%) para o 4º trimestre de 1992⁵¹. Os dois primeiros concelhos representam cerca de 76% do desemprego da região, o que se explica por serem aqueles onde se encontra uma maior concentração da ITV. Apesar de Fafe ocupar uma posição menos negativa, se compararmos o valor absoluto do desemprego com o volume do emprego, a sua expressão local é acentuada. Vila Nova de Famalicão, devido à maior diversificação do seu tecido produtivo, apresenta uma maior capacidade de resistência ao desemprego (Ibidem: 39).

O desemprego atinge particularmente a população mais idosa e menos escolarizada. Nos indivíduos com a escolaridade básica primária é de 39% e com o ensino preparatório de 21%. Os desempregados analfabetos rondam os 4%, 1% acima do verificado na região norte. Este perfil dos desempregados poderá ser reflexo da procura por parte de algumas empresas de pessoal mais qualificado escolar e profissionalmente capaz de acompanhar e potenciar os processos de reestruturação em curso. Aliás a percentagem de desempregados com ensino médio e superior é bastante mais baixa no Vale do Ave (4%) do que a da região norte (6%)⁵².

Esta situação é tanto mais grave devido à dificuldade de "transição profissional" de indivíduos com baixos níveis de formação escolar, dados os obstáculos acentuados com que se deparam para

⁴⁷ Fonte: Centro Regional de Segurança Social de Braga in Oficina de Economia (1993: 165).

⁴⁸ Fonte: IEF (1991 e 1992) - *Relatórios Trimestrais sobre a situação sócio-laboral do Vale do Ave*, Lisboa.

⁴⁹ Fonte: Centro Regional de Segurança Social de Braga in Oficina de Economia (1993: 165).

⁵⁰ Fonte: IEF e cálculos OID-Ave in CCRN (1994: 2).

⁵¹ Fonte: IEF (1992) - *Relatórios Trimestrais sobre a situação sócio-laboral do Vale do Ave*, Lisboa.

⁵² Fonte: INE (1991) - *Recenseamento Geral da População*, Lisboa.

levarem a cabo, com sucesso, processos de reconversão, reciclagem e de requalificação profissional se não devidamente acompanhados, o que, a termo, se poderá traduzir numa situação de exclusão e de marginalidade. Exige-se assim um esforço acrescido para evitar situações de pobreza económica e social que já se afiguram um pouco por todos os concelhos, nomeadamente através de políticas de segurança social, de formação e de apoio à criação do próprio emprego. Contudo, e relativamente a esta última medida verifica-se que, em 1993, dos desempregados inscritos apenas 7% criaram o seu próprio posto de trabalho⁵³.

Outra fonte de preocupação para a região, paralela e intimamente associada com esta, é a existência de um desajustamento entre a oferta e a procura de emprego, havendo um número de postos de trabalho disponíveis com dificuldades de serem preenchidos devido à predominância dos designados "baixos níveis de qualificação" presentes na população local.

A população do Vale do Ave caracteriza-se por níveis de escolarização e de formação profissional particularmente baixos. Tal como se verifica no continente a população com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos e 10 e 11 anos, grupos etários correspondentes respectivamente à idade regular de frequência do ensino básico primário e preparatório encontra-se em 1991 completamente escolarizada. Contudo, a grande diferença em relação ao continente surge nos escalões etários mais elevados: entre 1991 e 1992, nos grupos etários entre os 12 os 14 anos de idade verifica-se um nível de escolarização de 79% no Vale do Ave contra 83% no continente, o que se agrava no escalão seguinte, entre os 15 e os 17 anos, correspondente ao ensino secundário, em que encontramos apenas 36% da população da região contra 70% da população do continente⁵⁴. Tal situação de escolarização inferior à média nacional para estes grupos de idade é explicada pela entrada prematura dos jovens no "mercado local de trabalho" que, por sua vez, explica o baixo nível de preparação escolar e profissional que caracteriza a população do Vale do Ave (Oficina de Economia, 1993: 30). Se, actualmente a entrada para o "mercado de trabalho", se verifica a partir destas idades, até há bem pouco tempo atrás, os jovens da região abandonavam mais precocemente o sistema educativo, ingressando no "mercado de trabalho" mais cedo devido à facilidade em arranjar emprego. Estes últimos são hoje os adultos activos com baixos níveis de qualificação, que na sua época foram induzidos ao "mercado de trabalho" e ao trabalho infantil.

A eliminação do défice de qualificações escolares e profissionais da população activa só poderá ser colmatada através de um esforço conjugado entre investimentos em formação inicial e em formação contínua de activos, exigindo uma alteração de comportamentos por parte das empresas face a esta realidade.

Porém, no Vale do Ave a formação profissional não assumiu a importância esperada face às necessidades reais. O espírito de iniciativa e a capacidade empreendedora que muitos autores afirmam caracterizar os empresários da região⁵⁵ não foi suficientemente inovador para a adesão aos programas de apoio à formação, que se traduziram entre 1991 e 1993 em baixas taxas de execução. A formação profissional realizou-se sobretudo nas grandes empresas e atingiu fundamentalmente os activos qualificados (CCRN, 1994: 3). Os PO de formação profissional no Vale do Ave entre 1991 e 1993 atingiram apenas 13.602 indivíduos. A formação dirigiu-se sobretudo para activos qualificados (41%) e para quadros e empresários (21%). Entre os activos não qualificados totaliza-se apenas 5% de pessoas que frequentaram acções de formação. Contudo, é o PO1 direccionado para a formação de activos que assume maior relevância na região. As acções de formação destinadas aos diversos tipos de desempregados (de longa duração, à procura do primeiro emprego e à procura de novo emprego) apenas abrangem 2% do total de formandos. A formação em TI, decisiva para os processos de reestruturação de modernização tecnológica abrangeu 1.966 pessoas (14%), enquanto a formação de formadores, tão importante na qualidade da formação ministrada, apenas soma um total de 3%, correspondendo a 425 sujeitos⁵⁶.

Centremos agora a nossa atenção na situação de emprego e dos RH afectos à ITV do Vale do Ave⁵⁷ e, de alguma forma, na caracterização da "relação salarial intermédia", na medida em que iremos enfatizar o sector de actividade como espaço de concorrência e como espaço institucional (Rose, 1992:12), onde se concretizam determinados modos de uso, mobilização e reprodução da mão-de-obra.

A ITV concentra 78% do emprego industrial e 59% dos TPCO de todos os ramos de actividade económica da região. Dentro da ITV situam-se 75% de TPCO, dos quais 93% trabalham a tempo inteiro nas respectivas empresas. Na análise por sexos da situação na profissão de patrão é claro o predomínio dos homens (64%). No entanto, se no subsector têxtil o grupo patronal é por excelência masculino, na

⁵³ Fonte: IEFP e cálculos OID-Ave in CCRN (1994: 2).

⁵⁴ Fonte: INE (1991) - *Recenseamento Geral da População*, Lisboa.

⁵⁵ Veja-se, nomeadamente em CCRN (1993: 3) e Quatenaire Portugal (1993a: 49) depoimentos que corroboram tal afirmação.

⁵⁶ Fonte: IEFP (1991 e 1993) - *Relatórios Trimestrais sobre a situação sócio-laboral do Vale do Ave*, Lisboa.

⁵⁷ Para caracterizar a estrutura do emprego e dos RH afectos à ITV do Vale do Ave recorreremos fundamentalmente à seguinte fonte: DE-MESS (1991) - *Quadros de Pessoal*, SICT, Lisboa.

confeção de artigos de vestuário, 45% dos patrões são mulheres, o que se encontra intimamente associado às alterações verificadas na divisão sexual e social do trabalho que se têm vindo a consubstanciar em Portugal após 1974.

No que diz respeito às qualificações profissionais e aos níveis de escolaridade dos RH do sector, fonte fundamental da competitividade das empresas, deparamo-nos com grandes carências qualificacionais.

Verificamos que a maioria dos trabalhadores são profissionais qualificados (41%), dos quais 66% são mulheres, ou profissionais semi-qualificados (27%). Destaca-se ainda o nível excessivamente baixo de quadros superiores e médios que somam cerca de 1% no total da ITV da região, sendo estes predominantemente homens (81%) e fundamentalmente patrões, situação, aliás comum a toda a indústria transformadora da região. A incidência da mão-de-obra masculina é preponderante ao nível das categorias de chefia (encarregados, contramestres e chefes de equipa), em que num total de 4%, 63% são homens. Os aprendizes/praticantes rondam os 14%, sendo que as mulheres representam 66% deste total.

À estrutura pouco qualificada dos RH (mais desfavorável para as mulheres), associa-se uma estrutura dos níveis de escolaridade particularmente deficitária, tanto mais grave do ponto de vista da situação profissional dos trabalhadores e da própria competitividade das empresas, na medida em que aqueles condicionam em grande parte as possibilidades de reconversão e de reciclagem dos trabalhadores.

Da totalidade das pessoas ao serviço na ITV, 79% tem apenas o ensino básico primário ou o ensino básico preparatório, respectivamente 56% e 23%. Este valor é relativamente superior ao verificado para o continente, onde estes dois níveis de escolaridade não atingem os 70%. Paralelamente, 8% dos trabalhadores são analfabetos ou apenas sabem ler e escrever, mas não detêm qualquer nível de escolaridade formal. Esta realidade é sinónimo de um grande défice de preparação escolar dos assalariados da ITV, dos quais apenas 1% são detentores de graus do ensino médio ou superior.

Destaca-se, ainda, que na região apenas 13% dos jovens prosseguem os estudos para além do ensino preparatório enquanto a nível nacional a média é de 22%⁵⁸. Apesar desta situação francamente negativa, estudos recentes apontam para uma alteração desta tendência na região: um aumento dos níveis de escolaridade, nomeadamente associado ao aumento da oferta de equipamentos escolares (Quatenaire Portugal, 1993a: 27), e um aumento, ainda que ligeiro, dos níveis de qualificação superiores, bem como uma diminuição dos níveis mais baixos da hierarquia das qualificações, o que aponta para uma melhoria da ENQ (Quatenaire Portugal, 1993b: 64).

Podemos no entanto afirmar que o trabalhador da ITV do Vale do Ave é predominantemente pouco qualificado, o que acaba por se traduzir numa situação compatível com o baixo nível remuneratório que aúfere. Na generalidade, e tal como para os níveis de qualificação, os assalariados masculinos recebem uma remuneração média mensal superior aos do sexo feminino. Nos quatro concelhos, a remuneração média mensal base dos homens varia entre 55 e 66 contos, enquanto a das mulheres apresenta uma variação entre os 45 e os 52 contos. Esta remuneração é acrescida em termos de ganho médio de 4.600 a 8.100 escudos para os homens e de 2.800 a 4.000 escudos para as mulheres, na medida em que este inclui as remunerações relativas a horas suplementares (com um peso significativo na ITV da região com objectivo de diminuir os encargos salariais fixos de um efectivo permanente alargado) e outras remunerações variáveis (nomeadamente prémios de assiduidade e de produtividade comuns neste ramo industrial de forma a evitar o absentismo e quebras de produção).

Se tivermos em consideração os dois subsectores em análise, verificamos que, para ambos os sexos, as remunerações médias são sempre superiores no subsector têxtil relativamente ao subsector da fabricação de artigos de vestuário, o que se encontra associado ao facto de no primeiro a mão-de-obra ser predominantemente masculina e com uma estrutura etária mais envelhecida, enquanto no segundo a mão-de-obra é predominantemente feminina e mais jovem.

De qualquer forma, se compararmos o ganho médio mensal da ITV do Vale do Ave com o auferido pelos trabalhadores da indústria transformadora nacional que é de cerca de 71 contos, verificamos o grande desfasamento remuneratório existente entre a ITV da região e a indústria transformadora do continente. É a própria ENQ e os níveis de escolaridade, bem como a organização territorial do espaço que permite a dedicação do agregado familiar a actividades agrícolas complementares da industrial, que tem permitido à ITV da região manter níveis remuneratórios abaixo da média nacional. Acresce-se que os trabalhadores da ITV nacional são os que piores remunerações auferem em toda a CE, para além dos seus vencimentos corresponderem a cerca de 70% a 80% da média nacional (Oficina de Economia, 1993: 24).

Outra questão a destacar é a associação entre os baixos níveis de instrução da população activa e a entrada precoce no "mercado de trabalho". Verifica-se que cerca de 4% das pessoas ao serviço na ITV da região têm entre 12 e 14 anos de idade, uma mão-de-obra em idade escolar, o que nos permite corroborar o lugar comum da presença em proporções consideráveis de trabalho infantil na ITV. Grande parte dos trabalhadores (73%) concentra-se no escalão etário entre os 15 e os 39 anos de idade, o que

⁵⁸ Fonte: INE (1991) - *Recenseamento Geral da População*, Lisboa.

confirma a presença de uma estrutura etária jovem na população assalariada da ITV, que aliás não é estranha à própria estrutura etária da população residente na região. A percentagem de pessoas ao serviço com idades mais avançadas (50 ou mais anos) é já em 1991 relativamente baixa (3%), o que indicia que a tendência para o afastamento dos trabalhadores da ITV afecta em primeiro lugar a população mais idosa com baixos níveis de escolaridade. Porém, é de admitir que, nestes últimos anos, o número de activos com idades superiores a 50 anos tenha continuado a diminuir, até porque há todo um conjunto de medidas legais específicas que potenciam o recurso a este tipo de situação.

Os trabalhadores com 15 ou mais anos de antiguidade nas empresas da ITV do Vale do Ave totalizam cerca de 27%, uma percentagem considerável que, no entanto, é de longe ultrapassada pela grande concentração das pessoas ao serviço no escalão de antiguidade entre 1 a 4 anos (44%). A predominância deste escalão de antiguidade pode ser indicador de RH submetidos a vínculos contratuais a tempo determinado, e portanto de um "mercado interno de trabalho" mais flexível, que se concretiza numa intensidade de fluxos entre emprego e desemprego no sistema de emprego local. Deparamo-nos ainda com uma nítida diferença entre ambos os sexos nos dois subsectores em análise relativamente a este escalão etário: no subsector têxtil há uma ligeira predominância dos homens (53%) face às mulheres, enquanto na confecção de artigos de vestuário as mulheres representam 86% da totalidade de trabalhadores neste escalão de antiguidade, o que se ficará a dever, muito provavelmente, à idade mais jovem da população activa feminina deste último sector, bem como às garantias sociais de que goza a nível legal e que a coloca mais exposta a uma situação de precaridade contratual.

Deste modo, deparamo-nos na ITV com uma grande disparidade etária entre os trabalhadores mais novos e os mais antigos, o que, como já aludimos, pode constituir fonte de conflitos e desentendimentos entre duas populações com referenciais de vida e de trabalho distintos, decorrentes da sua frequência e preparação escolar muito diferenciada, bem como do modo de aquisição das suas qualificações profissionais. Alguns dos trabalhadores mais jovens são já detentores de diplomas profissionais, ou pelo menos de uma maior capacidade de aprendizagem e de adaptação dados os seus níveis de escolaridade mais elevados, enquanto os trabalhadores mais antigos passaram por uma aprendizagem profissional adquirida informalmente no posto de trabalho, detendo uma capacidade de flexibilidade que pode ser inferior, embora não necessariamente.

Relativamente à execução de acções de formação profissional na ITV, apenas dispomos de dados a nível nacional para o ano de 1991⁵⁹, os quais são apresentados distintamente para os dois subsectores em análise dadas as características nitidamente divergentes que assumem. O número de empresas que recorre a acções de formação é bastante inferior no subsector têxtil do que no da fabricação de artigos de vestuário, respectivamente 88 e 185 empresas a nível nacional. Consequentemente, o primeiro apresenta um número de formandos menor do que o segundo, respectivamente 3% e 5%.

No subsector têxtil, só as empresas de maior dimensão, com mais de 100 trabalhadores, realizam acções de formação (cerca de 3% do total de empresas do subsector), enquanto no subsector de confecção de artigos de vestuário a formação é realizada em empresas que empregam entre 10 a 49 pessoas e 50 a 99 pessoas, respectivamente 1,5% e 1,7% do total das empresas do sector.

As acções de formação no subsector têxtil têm como objectivo fundamental o aperfeiçoamento profissional (2% do total de trabalhadores que participam na formação), estando ausentes as acções direccionadas para a reconversão. A formação de reciclagem e actualização abrange cerca de 0,7% do total de participantes em acções de formação. Na indústria de confecção de artigos de vestuário predominam as acções de qualificação/formação inicial e as de actualização e reciclagem assumem uma importância idêntica, respectivamente com 1,9% e 1,8% do total de trabalhadores participantes em acções de formação. Tal como acontece para o subsector têxtil, ainda que com uma ligeira diferença, a formação de reconversão assume um valor quase nulo (0,2%), enquanto ao contrário deste, a formação direccionada para o aperfeiçoamento profissional é bastante inferior (0,6%). A formação de formadores está ausente em toda a ITV. Dos objectivos visados pela formação nestes dois subsectores podemos avançar com a hipótese de que a predominância das acções de aperfeiçoamento e de reciclagem no subsector têxtil estará associada quer ao nível etário e de antiguidade dos seus activos, que face a possíveis processos de reestruturação de modernização tecnológica necessitam de actualizar os conhecimentos adquiridos no decurso da sua vida profissional. Na indústria de confecções, como o nível etário da população é mais baixo, os níveis de escolaridade básicos tendem a ser mais elevados, exigindo sobretudo uma formação profissional de carácter inicial direccionada para a aprendizagem de uma profissão, estando a formação de actualização e reciclagem possivelmente associada a trabalhadores mais qualificados afectos a funções onde a modernização tecnológica tende a ser mais intensa, como é o caso da introdução de cadeias de corte automático (Parente e Veloso: 1991: 222).

Finalmente, importa não esquecer que a ITV nacional e, em particular, a da região do Vale do Ave está a viver uma situação bastante controversa e complicada:

- o subsector têxtil tem vindo a caracterizar-se por um número crescente de encerramentos de empresas e pela diminuição de postos de trabalho. Paralelamente, há indícios de reestruturação de algumas empresas que tendem a privilegiar mão-de-obra com níveis de escolaridade e de formação

⁵⁹ Fonte: DE-MESS (1991) - *Execução de Acções de Formação Profissional em 1991*, SICT, Lisboa.

profissionais superiores, nomeadamente de indivíduos com o ensino técnico e superior. Estas tendências são visíveis quer na diminuição absoluta do número de empregos, quer pelo reforço dos níveis de qualificação mais elevados (Quatenaire Portugal, 1993b: 20);

- o subsector da fabricação de artigos de vestuário, que tendo apresentado até aos finais dos anos 80 um crescimento positivo, encontra-se actualmente num processo de "crescimento extensivo", pontualmente acompanhado por dinâmicas de reestruturação e de modernização. Esta realidade transparece quer no reduzido crescimento do emprego nos níveis de qualificação mais elevados (quadros superiores e médios e profissionais altamente qualificados), quer no aumento dos níveis de qualificação inferiores (Idem). Apresenta, assim, grandes carências no domínio das qualificações dos assalariados, situação que contrasta, ainda que tenuemente com o subsector têxtil.

O modelo de desenvolvimento empresarial tradicional conhece hoje dificuldades acrescidas que se traduzem no fechamento de empresas, na precaridade das situações de emprego e no aumento do desemprego. Como advoga Santos (1993: 38) "em termos de qualidade da relação salarial, este sector (...) ocupa a base da pirâmide (...): salários baixos e sujeitos a ciclos de salários em atraso, elevadas taxas de contratos a prazo, trabalho clandestino, semi-proletariado profundamente ligado à pequena agricultura e à vida rural, elevadas taxas de mão-de-obra feminina geralmente com salários inferiores aos da mão-de-obra masculina, baixa formação profissional e limitadas possibilidades de promoção."

Aliás da análise da estrutura sectorial e empresarial, bem como da estrutura do emprego e dos RH da região do Vale do Ave, fica clara a fragilidade económica e social da região que têm funcionado, apesar de todos os apoios e incentivos nacionais e comunitários, como factor inibidor quer dos processos de reestruturação produtivos e de modernização da ITV, quer de criação de iniciativas de diversificação do tecido empresarial.

4. Em direcção ao novo paradigma da competitividade: a proposta da Monitor Company aplicada à ITV do Vale do Ave⁶⁰.

O paradigma da competitividade nacional e da ITV em particular deve sofrer um processo de mudança de modo a poder acompanhar os desafios internacionais. Importa desde logo optar por uma perspectiva mais micro sobre a dinâmica da competitividade ao nível da empresa, pois são estas e não o país ou os sectores de actividade que competem no mercado. Da mesma forma, implica adoptar um posicionamento baseado no modelo comportamentalista de explicação das performances das empresas⁶¹ em que sendo estas consideradas unidades heterogéneas podem diferir o seu comportamento em função de determinadas características estruturais que não têm os mesmos efeitos sobre a rentabilidade das empresas de cada sector ou subsector (Curto, 1993: 68). Partir destes pressupostos, exige às empresas novos modelos de gestão e novas relações de cooperação, designadamente sob a forma de grupos estratégicos que prosseguem estratégias semelhantes (Idem), em ruptura com a cultura empresarial dominante de segredo industrial e de fechamento aos concorrentes devendo estes ser agora entendidos também como parceiros.

Não se pode continuar a basear a competitividade das empresas nacionais em factores de custo, tais como matérias-primas e mão-de-obra. O paradigma das vantagens comparativas, particularmente favorável até à década de 80 à ITV, no qual as empresas mais competitivas eram aquelas que, com base em economias de escala, detinham custos mais baixos, encontra-se hoje parcialmente invalidado, na medida em que o processo de mundialização actual das economias permite aos nossos clientes internacionais disfrutar destes factores noutros mercados com custos inferiores, particularmente nos NPI.

A melhoria da competitividade empresarial é hoje cada vez mais potencializada com base nas economias de aprendizagem (Rodrigues, 1991b: 19), requerendo melhorias contínuas ao nível das competências de modo a que a inovação e as actividades de I&D nos diferentes domínios - produto e/ou processo e/ou serviço -, permitam às empresas do sector orientarem-se para a conquista de segmentos de mercado específicos, criando valor acrescentado e vantagens sustentadas, não dependentes de políticas estatais proteccionistas, como se verificou até aos anos 80, em que a desvalorização do escudo bem como os baixos níveis salariais garantia a capacidade competitiva exportadora da ITV. Para sobreviverem, as empresas têm de aumentar a produtividade, agora encarada numa perspectiva de competitividade, associada a novos conceitos de gestão e de organização, de aposta na qualidade e no *design*, nas actividades I&D, na valorização e potencialização das competências dos RH, no *outsourcing*, eliminando as tarefas desenhadas do negócio e da missão da empresa relativamente às quais detêm um menor *know how*. A opção passa pela subcontratação de determinadas actividades a quem possui melhor *know how* e "sabe fazer melhor".

⁶⁰ Para uma maior desenvolvimento desta proposta v. Rodrigues in Rodrigues e Neves (coord.), 1994: 37-43; Rodrigues, 1991b: 55-70; Leal, 1994: 3-8 e Monitor Company, 1993 e 1994.

⁶¹ Para um maior desenvolvimento das propostas do modelo comportamentalista de explicação da performance das empresas, e para o seu confronto com o modelo estruturalista, consulte-se Curto (1993).

Nesta perspectiva, as empresas da ITV do Vale do Ave têm que competir a nível global, o que significa que, se por um lado, não é fundamental que optem por uma estratégia de verticalização interna ou nacional, muito pelo contrário, é indispensável que procurem uma estratégia de internacionalização reflectida, dirigindo parte da sua produção, das suas compras e das suas vendas para o mercado que oferece melhores condições; por outro lado, uma das condições básicas é a detenção de uma "base doméstica" que constitua "o centro da sua investigação, a massa crítica da sua produção sofisticada e o centro nevrálgico das suas decisões estratégicas" (Monitor Company, 1993: 8). O reforço dos "pólos do diamante" tem inerente uma base local. Isto é, apesar da competitividade ser cada vez mais global, as vantagens que conduzem à competitividade internacional são criadas ao nível regional/local no interior da "base doméstica" nacional a partir do desenvolvimento das actividades a montante e a jusante da fileira têxtil. São as regiões que possuem ou devem criar as tais "massas críticas de qualificação altamente especializada e inter-relacionada, tecnologias aplicadas, empresas, fornecedores e instituições fortes em áreas específicas" (Idem: 11) que induzem ao crescimento da competitividade.

Nesta "base doméstica" de nível nacional e/ou regional/local, é decisiva a forma como se organizam e coordenam os diferentes "pólos do diamante" da vantagem competitiva, respectivamente:

- as condições dos factores físicos, financeiros, de conhecimento e humanos que constituem os *inputs* base da concorrência, sendo que hoje os factores avançados e especializados, tais como as competências dos RH e as estruturas de I&D, constituem os alicerces da vantagem competitiva;
- as condições da procura interna e externa, na medida em que a existência de compradores exigentes e sofisticados impõem às empresas elevados padrões de qualidade e de inovação. As exigências da "base doméstica" são decisivas, particularmente se definirem e anteciparem as tendências dos outros países/regiões;
- a estrutura e a estratégia das empresas e respectivas relações de cooperação- rivalidade no tecido empresarial regional, nacional e internacional, dado que a forma como as empresas são geridas e como competem entre si, definem padrões de dinamismo empresarial;
- a constituição de *clusters* assentes na articulação e desenvolvimento de sectores relacionados e de suporte, em que as redes de fornecedores e clientes se baseiam em relações de cooperação intensas e exigências mútuas que funcionam como mecanismos de pressão no sentido da inovação e do desenvolvimento.

A combinação entre os diferentes "pólos do diamante" dão origem a diversos estádios de desenvolvimento competitivo em que, aos estádios guiados pelos factores e pelo investimento, se opõem os estádios guiados pela inovação e pela riqueza. Um número significativo de empresas da ITV de alguns países europeus situa-se no estádio guiado pela inovação. Em Portugal, no STV predomina o estádio guiado pelos factores, o qual até a uma década atrás se mostrou competitivo, porém hoje encontra-se completamente ultrapassado. Para atingir o estádio da inovação há que colmatar uma série de carências, das quais destacamos, na nossa perspectiva de análise, o desenvolvimento de:

- perfis profissionais renovados e inovadores;
- *clusters* na fileira têxtil baseados em sectores relacionados e de suporte, na medida em que esta é constituída por subsectores em que possuímos tradição e *know how* específico e potencializável;
- capacidade de gestão estratégica e de inovação das empresas.

É exactamente nestes domínios que consideramos que a intervenção pública do Estado deve ser mais forte a todos os níveis infranacional, nacional e supranacional. Dever-se-á pôr fim aos proteccionismos e, inversamente, facilitar o acesso a recursos estratégicos de modo a criar factores avançados e específicos de vantagem competitiva, tais como RH qualificados, infra-estruturas de apoio à inovação e à criação, desenvolvimento e dominação de redes de comercialização. O Estado terá de assegurar o nível mínimo das condições acima referidas e a região/local deverá adaptar essa oferta pública estatal às exigências, características e especificidades do seu território. Por outro lado, o Estado deverá tornar-se mais exigente ao nível das estratégias de actuação das empresas nas metas a atingir, o que implica a criação de uma envolvente legislativa e de incentivos, nomeadamente fiscais, que encoragem o investimento, nomeadamente nos domínios da formação, do ambiente e da segurança, os quais são extremamente importantes neste tipo de indústrias, bem como a criação de normas que estimulem a inovação. Todavia, deve procurar igualmente estimular e promover a imagem da ITV a nível externo, nomeadamente comunitário, através da difusão dos interesses da economia nacional, criando condições propiciadoras para a participação das nossas empresas na cena internacional. Isto é, importa evitar o espírito clientelista e subsidiário, e simultaneamente procurar promover os produtos da ITV nacional, preservando a concorrência e conduzindo as empresas no sentido de uma progressão e modernização constantes.

As questões que levantamos são exactamente as de saber:

- Até que ponto a região do Vale do Ave e os seus actores institucionais e agentes locais, em particular os dirigentes empresariais e os assalariados do sector de especialização, serão capazes de ultrapassar as situações de fragilidade económica e social no contexto actual da dinâmica societal portuguesa?
- De que modo este modelo de performance das empresas é compatível com as características do sistema produtivo local do Vale do Ave, nomeadamente com a cultura empresarial e com os baixos níveis de escolarização e qualificação dos agentes locais?

